



## AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS EM GOIÁS

**Paulo Henrique de Assis<sup>1</sup>,  
Marcelo Jose Moreira<sup>2</sup>**

1 Graduando em Ciências Econômicas/CCSEH, Bolsista do PBIC/Universidade Estadual de Goiás, Anápolis (GO)  
[paulo.assis92@gmail.com.br](mailto:paulo.assis92@gmail.com.br);

2 Docente do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, CCSEH/Universidade Estadual de Goiás, Anápolis (GO)

**PALAVRAS - CHAVE:** Instituições. Desenvolvimento. Subdesenvolvimento.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é iniciar a discussão acerca do processo de desenvolvimento econômico do estado de Goiás, conforme a primeira etapa da pesquisa a ele relacionada<sup>1</sup>, a partir da interação entre as dimensões instituições e desenvolvimento. Para tanto, o conceito que permeia a discussão proposta é o que trata as instituições como “sistemas duradouros de regras sociais estabelecidas e enraizadas que estruturam as interações sociais”<sup>2</sup>, e assim, numa perspectiva histórico-institucionalista, analisar os elementos estruturais da economia goiana contemporânea, articulando-os à lógica da expansão, com concentração, do desenvolvimento capitalista e ao papel do Estado na condução desse processo.

### MATERIAL E MÉTODOS

Para efeito desse trabalho, deve-se ressaltar que o termo estrutura (referenciado na introdução) refere-se “às proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço” (Furtado, 1961). Por conta disso, a análise de/sobre mudanças da estrutura deve ser acompanhada dos métodos histórico-institucional, dialético e pragmático. Para tanto, faz-se necessário uma análise que contemple o desenvolvimento capitalista brasileiro nos últimos 50 anos. A partir daí, caracterizar o processo de desenvolvimento do território em questão, com base nos métodos histórico-institucional e dialético, por meio da observação dos processos de aprofundamento, difusão ou diversificação

---

<sup>1</sup> Pesquisa: “As estratégias de desenvolvimento e o papel das instituições nas transformações econômicas em Goiás: de Mauro Borges a Marconi Perillo”.

<sup>2</sup> Ver Hodgson (2005).



das atividades econômicas, da concorrência entre espaços produtivos (com infra-estruturas públicas, equipamentos coletivos e de serviços) e do "complexo Institucional".

## RESULTADOS

O capitalismo, visto como um sistema global de sociedades/economias apresenta contrastes, com desigualdades profundas e hierarquias historicamente constituídas, que tendem a se reproduzir. Mais ainda, a depender da extensão dos territórios nacionais e das suas potencialidades, as desigualdades e hierarquias potencializam os efeitos perversos que são próprios da ordem social capitalista.

Nesta perspectiva, as características socioeconômicas próprias a estruturas subdesenvolvidas, formadas a partir da expansão do modo capitalista de produção, podem ser apresentadas da seguinte forma: 1. heterogeneidade estrutural, concentração de renda e de riqueza; 2. dependência externa tecnológica, financeira, econômica e, política; 3. oferta ilimitada de mão-de-obra, como elemento fundamental para a superexploração da força de trabalho. Este último elemento condiciona o potencial do processo de acumulação em nível nacional.

Entende-se que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento capitalista: é uma construção histórico-estrutural que afirma: a- a inevitabilidade da expansão do capital para sua reprodução em escala interplanetária, transformando a estrutura socioeconômica periférica em função da demanda central; e, b- a “compressão espaço-tempo” ou a “anulação do espaço pelo tempo”, através de criação de mecanismos tecnológicos que possibilitem a aceleração do tempo de rotação do capital, replicando a lógica produtiva na periferia, reduzindo o tempo de comercialização de mercadorias. Enfim, o subdesenvolvimento caracteriza um espaço submetido ao desiderato capitalista, cuja utilização ganha intensidade ou não a partir das necessidades do processo de acumulação global.

Com isso, desenvolve-se uma série de debates sobre o tema, que se desdobra numa atitude programática, em elementos a serem atingidos numa ação para “superar” o subdesenvolvimento: 1. o entendimento de que a industrialização (integral) é condição necessária à superação da pobreza e do subdesenvolvimento, 2. tal condição só poderia ser implementada pelo Estado, via planejamento, 3. o planejamento deveria definir a expansão



desejada dos setores econômicos e os instrumentos de produção dessa expansão, 4. o Estado deveria coordenar a execução da expansão. A ideia principal é de que não haveria meios de alcançar uma industrialização eficiente por meio do mecanismo de mercado (das forças espontâneas de mercado).

Tais elementos evidenciam a seguinte caracterização dos países inseridos no processo subdesenvolvimento: 1. existência de baixa diversidade produtiva (daí a industrialização integral), expressa por complementariedade intersetorial e integração vertical reduzidas; 2. especialização em bens primários; 3. forte heterogeneidade tecnológica e oferta ilimitada de mão de obra com renda próxima à subsistência; 4. estrutura institucional (Estado, estrutura fundiária latifundiários e empresarial etc) pouco vocacionados para o investimento e o progresso técnico.

De posse dessa caracterização, o Estado, via planejamento, deveria encaminhar reformas que levariam em conta, respectivamente, em relação aos itens acima: 1. a necessidade de investimentos simultâneos em muitos setores (a ideia de desenvolvimento como cadeia de desequilíbrios); 2. que a capacidade de geração de divisas é limitada, e a pressão por elas, elevada; 3. que a produtividade média é baixa e é pequeno o excedente como proporção da renda; 4. o atraso institucional, que leva ao desperdício de parte do excedente através de investimentos improdutivos e de consumo supérfluo, baixo estímulo ao investimento e ao progresso técnico.

Com relação ao último ponto acima, segundo Hodgson (2005), as instituições são os tipos de estruturas que mais importam na vida social: eles compõem o ampla e vasta estrutura material da vida social. O reconhecimento crescente do papel das instituições na vida social envolve o reconhecimento de que grande parte da interação e da atividade humana é estruturada em termos de regras explícitas ou implícitas. Desta forma, pode-se definir instituições como “sistemas de regras sociais estabelecidas e enraizadas que estruturam as interações sociais” (Hodgson, 2005).

Os elementos acima e a definição de instituições acatada dão o tom do que Evans (2004) e Chang (2003) apontam como a necessidade do Estado ser, simultaneamente, agente do bem comum e promotor de interesses particulares. De forma que, para o primeiro autor, o Estado assumiria uma postura desenvolvimentista (numa combinação entre a incorporação de interesses coletivos e autonomia), e para o segundo, uma postura de gestor de conflitos (para



garantir os investimentos em ativos específicos necessários a um sistema econômico mais complexo e em início de superação da forma específica de desenvolvimento) e de empreendedor (para fornecer a visão dos objetivos do desenvolvimento e as instituições necessárias para alcançá-lo).

## CONCLUSÃO

O processo de desenvolvimento, entendido como a capacidade dinâmica com que as estruturas socioeconômicas se transformam, carece de intencionalidade. Tal processo possui como característica a interação entre os elementos que compõem o sistema e estes se articulam através de ações planejadas para criação de uma trajetória para o desenvolvimento. As políticas públicas e as ações que as instituições promovem, e por elas são promovidas, revelam tal intencionalidade para se chegar ao processo de desenvolvimento.

O processo desenvolvimento, portanto, está ligado diretamente às instituições que coordenam (ao mesmo tempo que por ele são coordenadas) sua dinâmica em “cadeias de desequilíbrios”. Este movimento desequilibrador em cadeias promovem mudanças, em termos de organização do espaço de acumulação, como articuladores de um ambiente institucional e de arranjo institucional que possibilitam a inserção de tal espaço, no caso aqui o Estado de Goiás, numa lógica de acumulação mais intensa e geral. Pode-se dizer assim, que intencionalidade, planejamento, desequilíbrio e organicidade institucional são elementos de um mesmo processo: o de desenvolvimento.

O Estado de Goiás apresenta as características e as relações histórico-institucionais presentes no conceito centro-periferia, evidenciando um processo de desenvolvimento periférico articulado entre o Estado e o poder econômico local e internacional, dependente da estrutura político-institucional do centro do sistema mundial capitalista. Desta forma, suas instituições (criadas e criadoras pelo/do movimento de acumulação) passam a interagir de forma intervencionista na economia do Estado para que o desenvolvimento seja condicionado às estruturas internas e externas, como respostas às dinâmicas das divisões nacional e internacional do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHANG, H. J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2003.



ANAIS - Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – SEPE  
*Os desafios para a formação do sujeito e os rumos da pesquisa e da extensão universitária na atualidade* - 26 a 28 de agosto de 2015.

---

EVANS, P. *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HODGSON, G. **Institutions and economic development**: constraining, enabling and reconstituting. In: DYMSKI, G.; PAULA, S. *Re-imagining growth towards a renewal of development theory*. London: Zedbooks, 2005.